

# ÍNDICE

Índice de Quadros.....	ii
Índice de Gráficos.....	ii
<b>I. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO DE MÉDIO PRAZO (2012-2014).....</b>	<b>3</b>
II.1. Perspectivas Macroeconómicas a nível Internacional.....	3
II.2. Perspectiva Macroeconómica Nacional.....	5
II.3 Previsão do Envelope de Recursos para 2011-2014.....	6
<b>III. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO 2011.....</b>	<b>7</b>
III.1 Execução das Receitas do Estado.....	7
III.2 Execução das Despesas do Estado.....	8
<b>IV. ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2012.....</b>	<b>11</b>
IV.1. Linhas Gerais da Política Orçamental para 2012.....	12
IV.2. Objectivos Gerais da Política do Financiamento do Défice.....	13
IV.3. Objectivos Gerais da Política Tributária.....	13
IV.4. Objectivos e Prioridades na Afectação de Recursos para Realização da Despesa Pública.....	14
IV.5. Receitas do Estado.....	16
IV.6. Recursos Externos.....	17
IV.7. Despesas do Estado.....	18
IV.6.1. Despesas de Funcionamento.....	19
IV.6.2. Despesas de Investimento.....	23
IV.6.3. Despesas com Operações Financeiras.....	25
<b>V. DESPESAS GLOBAIS POR ÂMBITO (CENTRAL, PROVINCIAL, DISTRITAL E AUTÁRQUICO).....</b>	<b>27</b>
<b>VI. DESPESAS NOS SECTORES PRIORITÁRIOS.....</b>	<b>29</b>
<b>VII. DESPESAS GLOBAIS POR OBJECTIVOS CENTRAIS DO PLANO QUINQUENAL DO GOVERNO.....</b>	<b>31</b>
<b>VIII. DESPESAS GLOBAIS SEGUNDO O CLASSIFICADOR FUNCIONAL.....</b>	<b>32</b>
<b>IX. FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DO ESTADO.....</b>	<b>33</b>
<b>X. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL.....</b>	<b>35</b>
<b>XI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>

## Índice de Quadros

Quadro 1. Previsões de Crescimento do PIB por Áreas Geográficas (2009-12).....	4
Quadro 2. Pressupostos Macroeconómicos .....	6
Quadro 3. Evolução do Envelope de Recursos Totais.....	7
Quadro 4. Execução das Receitas do Estado, Janeiro-Agosto de 2011 .....	8
Quadro 5. Execução das Despesas do Estado, Janeiro-Agosto de 2011.....	9
Quadro 6. Plano de Cobrança de Receitas em 2012.....	16
Quadro 7. Previsão das Despesas de Funcionamento .....	20
Quadro 8. Plano de Admissões para 2012 .....	21
Quadro 9. Despesas de Investimento por Fonte de Financiamento.....	23
Quadro 10. Despesas com Operações Financeiras .....	26
Quadro 11. Despesas Globais por Fonte de Financiamento.....	28
Quadro 12. Despesa Total nas Áreas Prioritárias.....	30
Quadro 13. Despesas Segundo o Classificador Funcional .....	32
Quadro 14. Equilíbrio Orçamental.....	36

## Índice de Gráficos

Gráfico 1. Evolução da Componente Externa (% do PIB).....	18
Gráfico 2. Composição do Orçamento do Estado (% da Despesa Total) .....	19
Gráfico 3. Composição das Despesas de Funcionamento (% da Despesa Total).....	20
Gráfico 4. Composição das Transferências Correntes.....	22
Gráfico 5. Evolução da Estrutura das Despesas por Âmbito (em % do Total).....	27
Gráfico 6. Despesa Total por Objectivos Gerais do PQG .....	31
Gráfico 7. Evolução do Financiamento do Orçamento do Estado (% do PIB) .....	33

## I. INTRODUÇÃO

A política orçamental para 2012 materializa as acções do Plano Económico e Social para 2012 (PES) e assenta na prossecução dos objectivos de política do Governo plasmados no Plano Quinquenal do Governo (PQG) 2010-14 e no Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) 2011-14, cujo foco central é o combate a pobreza e promoção do crescimento económico sustentável, inclusivo e abrangente.

O Orçamento do Estado (OE) para o exercício económico de 2012 foi elaborado num contexto interno e externo de grandes transformações económicas, sociais e políticas, motivadas por um lado, pela incerteza do ambiente socioeconómico mundial, caracterizado por pressões inflacionárias decorrentes da volatilidade dos preços dos combustíveis aliado ao encarecimento dos bens de capital e consumo intermediários imprescindíveis ao processo produtivo no mercado internacional e, por outro, pela manutenção do ritmo de crescimento da economia nacional, o que mantém o padrão de expectativas promissoras de um crescimento sustentável.

A nível interno, constitui maior destaque a prossecução da política de contenção e racionalização da despesa pública, sem afectar o funcionamento normal da máquina administrativa, com vista a atenuar o impacto da subida do custo de vida sobre os segmentos vulneráveis da população e propiciar a gradual correcção dos desequilíbrios nas contas públicas a curto e médio prazos.

A elaboração do OE 2012 foi antecedida pela aprovação do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2012-14 e da revisão do OE 2011, e internaliza o estágio actual da conjuntura internacional e nacional adversa marcada pela persistente volatilidade dos preços dos combustíveis no mercado internacional e da tendência de apreciação do Metical em relação às principais moedas, o que induz a uma redução do valor em meticais dos compromissos de apoio externo para 2012.

A nível internacional, constituem factores críticos e que podem afectar o OE 2012, a contínua desaceleração do crescimento económico nalguns países da zona do Euro, a expectativa de abrandamento do nível de actividade económica mundial e o clima de instabilidade sócio-política que ainda se vive no norte de África e médio oriente, cujo efeito dominó poder-se-á reflectir na economia global através do ciclo vertiginoso da inflação, induzida pelo aumento dos custos dos factores de produção como o petróleo e tendencialmente na balança comercial dos países das economias emergentes e em desenvolvimento.

A envolvente macroeconómica e financeira internacional actual exigirá o reforço da gestão macroeconómica com vista a atenuar o impacto dos choques conjunturais sobre o ciclo económico interno e o aprofundamento das reformas estruturais com o objectivo de expandir a oferta interna e a redução gradual dos desequilíbrios na balança de transacções correntes.

Neste contexto, a elaboração do Orçamento do Estado para 2012 assume como pressupostos macroeconómicos o crescimento real do Produto Interno Bruto de 7,5%, uma taxa de inflação

média anual de 7,2% e um nível de depreciação nominal do Metical em relação ao dólar americano susceptível de aumentar a competitividade das exportações domésticas.

## **II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO DE MÉDIO PRAZO (2012-2014)**

### ***II.1. Perspectivas Macroeconómicas a nível Internacional***

Desde o último trimestre de 2008, a economia global tem vindo a enfrentar uma recessão, caracterizada como a pior recessão global do período pós-guerra. Em termos estatísticos, o crescimento do PIB das economias avançadas sofreu uma queda sem precedentes de 7,5pp em 2008 (4º trimestre), e das economias emergentes de 4pp. Esta tendência prevaleceu em 2009, enquanto em 2010, assistiu-se aos primeiros sinais de recuperação da crise da economia global, embora associado a altas taxas de desemprego e a pressões inflacionárias.

Na maioria dos países em desenvolvimento, particularmente na África Subsariana, a actividade económica estava em forte crescimento justificada pela rápida recuperação dos preços dos produtos primários como o petróleo, minerais e produtos agrícolas (que representam 80% das exportações africanas) associada à recuperação da economia mundial e ao impacto das medidas fiscais e monetárias expansionistas para conter os efeitos da crise financeira internacional.

As mais recentes projecções da perspectiva económica mundial para 2011 mostram que a actividade económica está a abrandar temporariamente e os riscos de uma recessão aumentaram novamente. A expansão global continua desequilibrada e o crescimento em muitas economias avançadas ainda é tendencialmente pouco proactivo, na sequência da magnitude da recessão. No segundo trimestre de 2011, a desaceleração, ainda que moderada, agravou-se devido ao efeito devastador do terremoto e tsunami que atingiu fortemente a economia japonesa, com rupturas de abastecimento, pesando fortemente sobre a produção industrial, a confiança dos sectores financeiros e os gastos do consumidor.

O crescimento nos Estados Unidos da América evidenciou-se fraco, em parte causado por factores passageiros como os altos preços dos produtos primários e processados, as condições climáticas adversas e os transtornos nas cadeias de abastecimento industrial por causa do terremoto no Japão. Por seu turno, a Zona Euro depara-se com recente crise de dívida em algumas economias, como sejam a da Grécia e a de Portugal. Em suma, persistem riscos de desequilíbrios do sector fiscal e financeiro em muitas economias avançadas.

Na esteira da crise global, as economias emergentes têm sido os principais motores do crescimento global, onde se assiste a uma recuperação económica rumo as taxas de crescimento vigentes no período pré-crise. O crescimento na maioria das economias emergentes e em desenvolvimento continua a ser forte, mas com considerável variação entre as regiões. Nos países da África Subsariana, vislumbra-se a recuperação nos sete maiores exportadores de petróleo. Para os restantes países, incluindo a África do Sul, a recuperação tem sido mais gradual.

No quadro estatístico, segundo previsões do Fundo Monetário Internacional, preve-se um crescimento económico mundial para 2011 de 4,0%, contra uma previsão de 4,3%, referente a Junho de 2011. Para 2012, prevê-se uma estagnação no ritmo de crescimento global e uma desaceleração para as economias emergentes e em desenvolvimento. O crescimento para a África Subsahariana para este ano será de 5,2%, e espera-se que progrida para 5,8% em 2012. No entanto, este crescimento estará associado a riscos de subida dos preços dos alimentos sobre as famílias pobres, como também a alta dos preços do petróleo, derivada da instabilidade sociopolítica no seio dos países produtores, o que é susceptível de induzir a uma inflação mais elevada na maioria dos países da região.

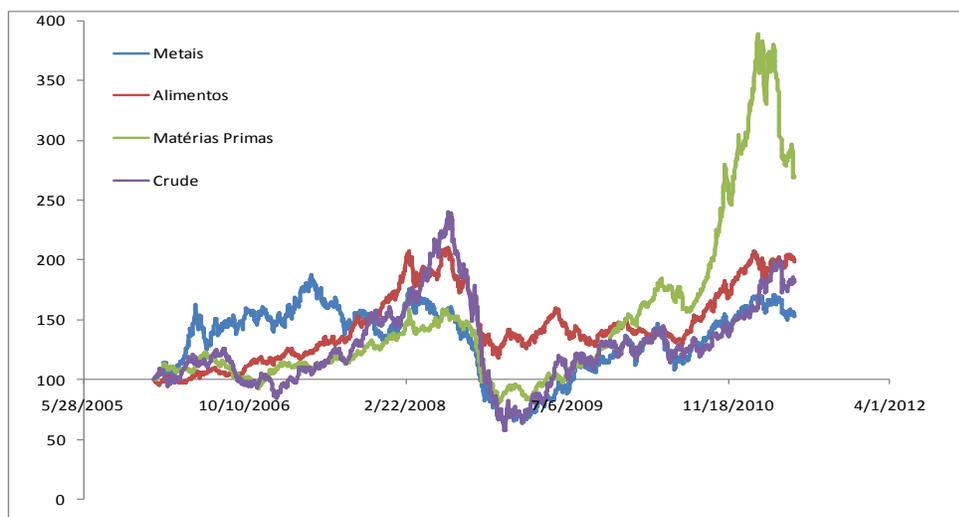
**Quadro 1. Previsões de Crescimento do PIB por Áreas Geográficas (2009-12)**

	2009	2010	Projeções	
			2011	2012
<b>PIB Mundial</b>	-0.7	5.1	<b>4.0</b>	<b>4.0</b>
<b>Economias avançadas</b>	-3.7	3.1	<b>1.6</b>	<b>1.9</b>
<b>Economias emergentes e em desenvolvim.</b>	2.8	7.3	<b>6.4</b>	<b>6.1</b>
Europa Central e Oriental	-3.6	4.5	4.3	2.7
América Latina e Caraíbas	-1.7	6.1	4.5	4.0
Médio Oriente e África do Norte	2.6	4.4	4.0	3.6
África Sub-Sahariana	2.8	5.4	5.2	5.8

Fonte: Fundo Monetário Internacional, *World Economic Outlook* (Setembro 2011)

A inflação global acelerou de 3,5% no último trimestre de 2010 para 4% no primeiro trimestre de 2011. A alta da inflação foi provocada sobretudo pelo aumento maior do que o esperado dos preços dos produtos primários e processados. Entre as economias avançadas, a inflação manteve-se baixa nos Estados Unidos da América e no Japão e um crescimento moderado na zona do euro. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, as pressões inflacionárias têm se generalizado, o que reflecte tanto a maior participação dos alimentos e combustíveis no consumo, como o aumento da pressão da demanda.

**Gráfico 1. Evolução do índice dos preços dos produtos primários (2006=100)**



As previsões do Fundo Monetário Internacional em relação à inflação até o final do ano de 2011 apontam para 2,6%, perspectivando uma queda para 1,7% em 2012, nas economias desenvolvidas. Para as economias emergentes e em desenvolvimento, a tendência é a mesma, onde se estima que atinja 6,9% em 2011, abrindo-se para 5,6% em 2012. Na região da África Subsaariana, este indicador progride de 7% em 2010, para 8,1% em 2011, prevendo-se um abrandamento para 6,7% em 2012.

## ***II.2. Perspectiva Macroeconómica Nacional***

As projecções de crescimento da economia nacional para o período 2011-2014 apontam para uma situação de contínua aceleração, contribuindo para essa expectativa a expectativa de retorno ao crescimento e estabilidade da economia mundial para 2011 e os anos subsequentes; a melhoria do ambiente de negócios no país em face das reformas estruturais levadas a cabo pelo Governo com a finalidade de incrementar o investimento privado nacional e directo estrangeiro; a previsão da redução do nível de taxas de juro na economia, em consequência do aumento dos serviços de intermediação financeira como corolário da expansão das delegações do Banco Central e de balcões dos bancos comerciais pelo país fora; a perspectiva de crescimento contínuo e estável do nível de emprego como resultado da melhoria do ambiente de negócios que possibilita acções de criação de empresas geradoras de emprego; e o arranque da fase de produção de grandes empreendimentos em vários sectores produtivos. Espera-se para esse período um crescimento médio anual de cerca de 7,6%.

Para 2012, as projecções do crescimento real do PIB tomam como base o crescimento registado em 2010 de cerca de 6,8% que influenciou as projecções para o final de 2011 e para o ano de 2012 fixadas em 7,2% e 7,5%, respectivamente.

## Quadro 2. Pressupostos Macroeconómicos

	2010 Real	Previsão	
		2011	2012
PIB nominal do PIB (milhões MT)	312,751	371,645	433,279
Crescimento real do PIB (%)	6.8	7.2	7.5
Inflação média de 12 meses (%)	12.7	10.8	7.2

No que respeita à inflação, o esforço do Governo tem se centrado na coordenação de políticas fiscal, monetária e cambial que tem resultado na contenção dos níveis de aceleração de modo a que a taxa média de inflação se situe a um dígito. Perspectiva-se que para 2011 a inflação média anual atinja 10,8% e para 2012 uma desaceleração para 7,2%.

De entre várias medidas de estímulo fiscal neste sentido, concorrem a alocação de recursos para a componente interna de investimento com vista a dinamizar a actividade produtiva nacional, sobretudo através de investimentos em infra-estruturas.

Na política monetária, as acções cingem-se no reforço de medidas propulsoras da estabilização do metical, através da cedência de divisas ao público pelo mercado interbancário e simultaneamente o abrandamento das taxas de juro de referência, com vista a promover o investimento privado e conseqüente crescimento económico.

### ***II.3 Previsão do Envelope de Recursos para 2011-2014***

A projecção do envelope de recursos é um processo fundamental na preparação dos limites globais e sectoriais para a planificação e orçamentação da despesa pública, a médio prazo.

A previsão de recursos parte do desempenho da economia e, em função das políticas fiscal, monetária e cambial, determina-se o volume de recursos disponíveis para financiar as despesas do Estado.

O quadro 3 apresenta um resumo dos montantes de recursos de fontes internas e externas para o período 2011 a 2014. As projecções de recursos para o período apontam para um nível em média de 30% do PIB, com tendência a decrescer devido ao peso decrescente dos recursos externos em relação ao PIB e a redução gradual do recurso ao crédito interno pelo Governo.

Paralelamente, nota-se uma tendência crescente de cobrança de receitas do Estado assente no forte crescimento da economia. Com efeito, as receitas do Estado registarão um crescimento em percentagem do PIB, reflectindo as reformas que o Governo vem desenvolvendo. As receitas do Estado passam de 21,3% do PIB em 2011 para 22,0% em 2012 e 22,4% em 2014. No domínio da gestão das receitas, as medidas para a consolidação do

alargamento da base tributária, desenvolvimento da administração tributária e ao combate à evasão fiscal, estão a surtir efeitos positivos sobre a administração fiscal.

### Quadro 3. Evolução do Envelope de Recursos Totais

	milhões de MT				% do PIB			
	OE 2011 Revisto	OE 2012 Proposta	CFMP 2013	CFMP 2014	OE 2011 Revisto	OE 2012 Proposta	CFMP 2013	CFMP 2014
<b>Total de Recursos</b>	<b>141.757,2</b>	<b>162.535,4</b>	<b>169.284,8</b>	<b>186.554,7</b>	<b>38,1%</b>	<b>37,5%</b>	<b>34,0%</b>	<b>32,9%</b>
<b>Recursos Internos</b>	<b>81.776,6</b>	<b>98.188,1</b>	<b>109.950,8</b>	<b>128.040,7</b>	<b>22,0%</b>	<b>22,7%</b>	<b>22,1%</b>	<b>22,6%</b>
<b>Receitas do Estado</b>	<b>79.158,0</b>	<b>95.538,0</b>	<b>108.953,8</b>	<b>126.905,7</b>	<b>21,3%</b>	<b>22,0%</b>	<b>21,9%</b>	<b>22,4%</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>77.187,0</b>	<b>93.006,9</b>	<b>106.938,7</b>	<b>125.847,6</b>	<b>20,8%</b>	<b>21,5%</b>	<b>21,5%</b>	<b>22,2%</b>
Receitas Fiscais	66.775,0	80.441,7	91.526,0	108.951,0	18,0%	18,6%	18,4%	19,2%
Impostos sobre rendimentos	22.687,6	27.854,4	33.328,0	36.606,0	6,1%	6,4%	6,7%	6,4%
Receitas sobre Bens e Serviços	41.435,0	49.327,4	54.143,0	67.826,0	11,1%	11,4%	10,9%	12,0%
Outros Impostos Fiscais	2.652,4	3.259,9	4.055,0	4.519,0	0,7%	0,8%	0,8%	0,8%
Receitas Não Fiscais (incl. receitas próprias)	5.533,0	6.530,9	4.132,8	4.986,9	1,5%	1,5%	0,8%	0,9%
Receitas Consignadas	4.878,9	6.034,3	8.015,5	8.709,4	1,3%	1,4%	1,6%	1,5%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.971,0</b>	<b>2.531,1</b>	<b>2.015,1</b>	<b>1.058,1</b>	<b>0,5%</b>	<b>0,6%</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,2%</b>
<b>Crédito Interno</b>	<b>2.618,6</b>	<b>2.650,1</b>	<b>997,0</b>	<b>1.135,0</b>	<b>0,7%</b>	<b>0,6%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,2%</b>
<b>Recursos Externos</b>	<b>59.980,6</b>	<b>64.347,3</b>	<b>59.334,0</b>	<b>58.514,0</b>	<b>16,1%</b>	<b>14,9%</b>	<b>11,9%</b>	<b>10,3%</b>
<b>Donativos</b>	<b>35.284,5</b>	<b>34.718,6</b>	<b>34.061,0</b>	<b>35.303,0</b>	<b>9,5%</b>	<b>8,0%</b>	<b>6,8%</b>	<b>6,2%</b>
<b>Créditos</b>	<b>24.696,1</b>	<b>29.628,8</b>	<b>25.273,0</b>	<b>23.211,0</b>	<b>6,6%</b>	<b>6,8%</b>	<b>5,1%</b>	<b>4,1%</b>

Por tipo de receitas destacam-se as receitas fiscais, não só pelo peso que representam na estrutura das receitas do Estado, mas sobretudo pela evolução que registam ao longo do período em análise. Fazem parte deste grupo de receitas, entre outros, os impostos sobre o rendimento de pessoas singulares e colectivas e o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

## III. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO 2011

### III.1 Execução das Receitas do Estado

De Janeiro a Agosto do presente ano, a cobrança de receitas do Estado atingiu um montante de 53.262,1 milhões de MT, o que representa uma realização de 67,3%, uma redução de 0,7pp em relação ao mesmo período do ano anterior.

De referir que a implementação da Zona de Comércio Livre da SADC, não tem influenciado os níveis de arrecadação da receita, visto que os importadores não fazem o pleno uso das tarifas de comércio preferencial para as importações efectuadas na região, dada a fraca aderência na obtenção dos certificados de origem.

#### Quadro 4. Execução das Receitas do Estado, Janeiro-Agosto de 2011

Unid. Milhões de MT	2010			2011		
	Lei	Exec. Jan-Agost	Taxa Realiz.	Lei	Exec. Jan-Agost	Taxa Realiz.
<b>Receitas do Estado</b>	<b>57,431.8</b>	<b>39,042.2</b>	68.0%	<b>79,158.0</b>	<b>53,262.1</b>	67.3%
<b>Receitas Correntes</b>	56,159.8	38,394.6	68.4%	77,187.0	51,866.0	67.2%
Receitas Fiscais	47,310.8	33,068.1	69.9%	66,775.0	44,607.1	66.8%
Impostos sobre rendimentos	17,498.8	11,901.5	68.0%	22,687.6	16,230.5	71.5%
IRPS	8,036.3	5,291.2	65.8%	10,335.9	6,826.3	66.0%
IRPC	9,403.4	6,573.3	69.9%	12,282.4	9,355.6	76.2%
Imposto especial sobre o Jogo	59.1	37.0	62.6%	69.3	48.6	70.2%
Impostos sobre bens e serviços	27,562.1	19,676.2	71.4%	41,435.0	26,544.8	64.1%
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	19,409.6	14,511.8	74.8%	30,457.4	19,432.3	63.8%
Imposto s/ Consumo Específico - Prod. Nacionais	2,307.9	1,267.8	54.9%	2,737.1	1,872.9	68.4%
Imposto s/ Consumo Específico - Prod. Importados	1,480.1	763.7	51.6%	1,507.2	901.9	59.8%
Imposto s/ Comércio Externo	4,364.5	3,132.9	71.8%	6,733.3	4,337.7	64.4%
Outros impostos fiscais	2,250.0	1,490.4	66.2%	2,652.4	1,831.8	69.1%
Receitas Não Fiscais (incl. receitas próprias)	4,590.3	2,488.0	54.2%	5,533.0	3,291.6	59.5%
Receitas Consignadas	4,258.6	2,838.5	66.7%	4,878.9	3,967.4	81.3%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>939.1</b>	<b>647.6</b>	69.0%	<b>1,971.0</b>	<b>1,396.1</b>	70.8%

A grande contribuição de recursos para os cofres do Estado continua a ser de receitas cobradas em impostos sobre bens e serviços, na categoria das **receitas fiscais**, que totalizaram 44.607,1 milhões de MT, o equivalente 66,8% do programado, destacando-se as receitas do IVA nas operações internas e na importação.

Contribuíram para a elevação dos níveis de arrecadação destes impostos, os seguintes factores: a melhoria de controlo dos faltosos e créditos sistemáticos em sede do IVA; a recuperação do IVA apurado no procedimento de auditoria e fiscalização tributárias, incluindo as mercadorias em circulação; a cobrança de valores que deviam ter sido entregues em 2010; o pagamento de operações isoladas de algumas empresas; e a intensificação de visitas de controlo às pequenas fábricas de bebidas alcoólicas, distribuídas pelas três regiões do país.

Nas **receitas não fiscais, incluindo as próprias**, foram registados níveis de cobrança equivalente a 59,5% do programa anual, contra os 54,2% referentes a 2010. Um dos factores condicionantes deste aumento foi o bom resultado do trabalho de sensibilização junto às instituições do Estado, no sentido de procederem à remessa das cobranças dentro dos prazos estabelecidos.

As **receitas de capital** atingiram 70,8%, representando assim um aumento face a igual período de 2010.

### III.2 Execução das Despesas do Estado

As despesas totais do Estado atingiram no período de Janeiro a Agosto de 2011 o montante de 72.522,2 milhões de MT, o que representa 51,2% da dotação. Apesar de representar um decréscimo de 3,1pp do PIB face ao período homólogo de 2010, este nível de execução pode

ser considerado normal, dada a pressão que se verifica no presente exercício, tendo em conta os efeitos da subida do preço de combustível no mercado internacional e pela redução de recursos financeiros. A situação actual, quer em termos de recursos internos como em termos de recursos externos, requer uma maior racionalidade na execução e uma gestão cada vez mais criteriosa do Orçamento do Estado.

**Quadro 5. Execução das Despesas do Estado, Janeiro-Agosto de 2011**

Unid. Milhões de Meticais	2010			2011		
	Lei	Exec. Jan-Agost	Taxa Realiz.	Lei	Exec. Jan-Agost	Taxa Realiz.
<b>Total de Despesas</b>	<b>117,977.2</b>	<b>64,031.5</b>	<b>54.3%</b>	<b>141,757.2</b>	<b>72,522.2</b>	<b>51.2%</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>57,526.2</b>	<b>41,778.9</b>	<b>72.6%</b>	<b>73,648.7</b>	<b>48,217.9</b>	<b>65.5%</b>
Despesas com o Pessoal	29,558.6	19,671.0	66.5%	36,250.0	23,790.8	65.6%
Bens e Serviços	10,399.7	6,778.2	65.2%	11,501.9	7,587.1	66.0%
Encargos da Dívida	1,763.0	1,602.4	90.9%	3,306.1	2,278.7	68.9%
Transferências Correntes	10,489.5	6,565.9	62.6%	12,247.7	7,421.8	60.6%
Subsídios	1,849.8	4,349.7	235.1%	5,573.6	4,315.2	77.4%
Outras Despesas Correntes	2,920.6	2,718.5	93.1%	4,367.7	2,682.8	61.4%
Despesas de Capital	532.9	88.2	16.6%	358.3	113.6	31.7%
<b>Despesas de Investimento</b>	<b>55,805.0</b>	<b>19,748.6</b>	<b>35.4%</b>	<b>64,751.7</b>	<b>22,224.5</b>	<b>34.3%</b>
Componente Interna	20,790.6	9,666.4	46.5%	20,581.7	12,023.1	58.4%
Componente Externa	35,014.5	10,082.2	28.8%	44,170.0	10,201.4	23.1%
<b>Operações Financeiras</b>	<b>4,646.0</b>	<b>2,504.0</b>	<b>53.9%</b>	<b>3,356.9</b>	<b>2,079.8</b>	<b>62.0%</b>
Activas	2,795.2	1,036.1	37.1%	1,118.3	987.3	88.3%
Passivas	1,850.8	1,467.9	79.3%	2,238.6	1,092.5	48.8%

Não obstante a grande pressão orçamental sobre salários e remunerações, as **despesas com o pessoal**, com uma taxa de execução de 65,6% de Janeiro a Agosto, situaram-se à níveis sustentáveis, esperando-se que até ao final do exercício se situem dentro das previsões iniciais.

Destaque vai para as rubricas onde incidem as medidas de contenção e racionalização da despesa pública. As **outras despesas com o pessoal** registaram uma execução de 53,1% contra 64,0% do ano passado. Os **bens e serviços** tiveram uma realização de 66,0%, tendo superado o nível de realização em relação ao ano transacto, o que se explica pelo baixo nível de realização registado de Janeiro a Maio de 2010, período de recondução do Orçamento do Estado de 2009.

Por outro lado, as **transferências correntes** atingiram 60,6% do programa, uma redução resultante dos decréscimos registados nas transferências às embaixadas, devido as medidas de contenção das despesas, e outras transferências às famílias, pela diminuição das despesas com os regressados da ex-República Democrática Alemã, com a compensação dos afectados pelo incêndio do Paiol e com o pagamento de pensões antecipadas aos sócios da ex-Montepio de Moçambique.

A despesa com **encargos da dívida**, com uma execução de 68,9%, foi influenciada pelos Juros Internos e Externos que cresceram devido a existência de saldos de bilhetes de tesouro no início do exercício, no valor de 5.500,0 milhões de MT, bem como pelo financiamento bancário para a compensação às gasolneiras e ainda o pelo aumento do saldo acumulado da dívida externa, resultante de novos desembolsos para projectos de investimento.

As **despesas de capital** situaram-se abaixo do normal devido ao facto de em 2010 a realização, no período em análise, ter sido baixa, como resultado da recondução do Orçamento do Estado de 2009.

A execução das **despesas de investimento** foi de 34,3%. Este nível de execução é normal, considerando o padrão de execução registado em anos anteriores para estas despesas. A componente interna com 58,4% foi bastante satisfatória em relação aos anos anteriores, entretanto, em relação a componente externa prevalecem atrasos nos desembolsos, facto que influencia na realização dos projectos. Registam-se ainda atrasos na execução de projectos de alguns sectores, situação que poderá inverter-se a partir do terceiro trimestre, período a partir do qual terão sido concluídos todos os preparativos para a implementação dos projectos.

As **operações financeiras** atingiram 62,0% do programa, influenciadas tanto pelas operações activas como as passivas, devido à ausência de aumentos de participações do Estado nas empresas, fraco desembolso de fundos externos para acordos de retrocessão e diminuição do volume de amortização da dívida interna.

Como se pode observar, o quadro financeiro prevalecente requer uma gestão orçamental bastante criteriosa, sobretudo nas rubricas de outras despesas com o pessoal, bens e serviços, outras despesas correntes e despesas de capital, sobre as quais o Estado tem possibilidades de ajuste da sua procura. Contudo, tendo em consideração os níveis de realização até Agosto, quer em termos de receitas como em termos de despesas do Estado, tudo aponta para o cumprimento integral das previsões iniciais.

#### **IV. ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2012**

O Orçamento do Estado para 2012 materializa a política financeira do Governo em conformidade com os objectivos do Plano Económico e Social (PES) 2012, baseado no Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2010-2014 e alinhado com o Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014.

O CFMP 2012-2014 e a metodologia de planificação e orçamentação por programas consubstanciados no PQG, constituem bases metodológicas e de orientação no quadro da afectação criteriosa e racional de recursos às instituições públicas.

Na elaboração da presente proposta do Orçamento do Estado, são igualmente consideradas as perspectivas macroeconómicas internacionais que apontam a médio prazo, para uma recuperação da economia mundial dos efeitos da crise económica e financeira, não obstante a tendência da exacerbação dos preços de combustível e de alimentos decorrente das perturbações nos países do Magreb e Norte de África, os terremotos e tsunamis no Japão e do abrandamento do nível de actividade económica de alguns países da zona euro.

A previsão optimista é reforçada pelo estágio actual da conjuntura macroeconómica interna, caracterizada pela apreciação nominal do Metical em relação às principais moedas, o que concorre a curtíssimo prazo para a desaceleração das pressões inflacionárias induzidas pela procura de importações.

Assim, para continuar a garantir a tendência positiva da evolução macroeconómica, a proposta do OE para 2012 apresenta níveis de equidade na afectação dos recursos públicos visando potenciar gradualmente os ganhos conquistados na manutenção do rigor e racionalidade orçamentais, criando condições para a gradual correcção dos desequilíbrios fiscais e da balança de transacções correntes, através do aumento e diversificação das fontes de captação das receitas do Estado, da estabilização das despesas públicas como resultado das medidas de austeridade e da minimização do recurso ao crédito interno, para o financiamento do défice orçamental.

Outrossim, o Governo continuará a promover o crescimento socioeconómico sustentável e inclusivo, com enfoque para áreas de desenvolvimento rural, combate à pobreza urbana, provisão dos serviços sociais básicos, infra-estruturas, sobretudo na mecanização agrícola e vias de acesso, factores críticos para propulsionar a expansão da capacidade produtiva da economia.

#### **IV.1. Linhas Gerais da Política Orçamental para 2012**

A política Orçamental para 2012 continuará a ser orientada de forma a prosseguir com os objectivos plasmados no Programa Quinquenal do Governo, consubstanciados na manutenção da estabilidade macroeconómica e na criação de capacidades internas, para a promoção do crescimento e do desenvolvimento económico-social sustentado e inclusivo.

Neste contexto, constituem premissas que sustentam as opções de política orçamental para 2012, entre outras acções, as seguintes:

- Reduzir a vulnerabilidade do país a choques cíclicos, corrigir os desequilíbrios macroeconómicos através da adopção de medidas conjunturais e estruturais de política fiscal, monetária e cambial, com vista a fortalecer os níveis de confiança dos agentes económicos;
- Promover a competitividade dos bens transaccionáveis e contribuir para o incremento do investimento interno, como também do directo estrangeiro, através de uma cadeia de serviços imprescindíveis para a redução dos custos de transacção incorridos pelos agentes económicos, incluindo a manutenção de um quadro legal que estimule a criação de pequenas e médias empresas e por conseguinte a criação de emprego.

O potencial económico de Nacala como zona económica especial, a indústria extractiva de carvão na Província de Tete e as prospecções de mais jazigos em Maniamba, no Niassa, assim como de petróleo na bacia de Rovuma e de outros empreendimentos económico a escala do país, constituem outras premissas para a reconfiguração de um quadro económico promissor, no qual o Governo afincadamente continuará empenhado junto dos potenciais parceiros.

No exercício de 2012, o Governo prosseguirá a implementação de uma planificação mais rígida e criteriosa, alinhada com os objectivos sectoriais e territoriais no quadro da descentralização orçamental, que garanta por um lado, a equidade na afectação de recursos públicos e, por outro, um padrão de execução da despesa pública que não afecte negativamente o comportamento do índice geral dos preços e da taxa de câmbio real efectiva.

A racionalização da despesa pública e o contínuo alargamento da base tributária como condições para o equilíbrio orçamental, constituem o denominador comum que caracterizará o Orçamento para 2012, condição *sinequanon* para reduzir a dependência orçamental externa e criar maior espaço fiscal com vista a uma maior intervenção e responsabilidade social do Governo para com as camadas mais vulneráveis da população.

## ***IV.2. Objectivos Gerais da Política do Financiamento do Défice***

No concernente a política de financiamento ao défice orçamental, o Governo continuará a contrair o financiamento interno e o externo (donativos e créditos), com vista a suprir a necessidade de realização das despesas, sobretudo as ligadas ao sector de infra-estruturas básicas e estruturantes da economia, como indutores do crescimento e desenvolvimento.

Por outro lado, como condição para a auto-sustentabilidade orçamental, o Governo privilegiará acções de reforma fiscal que possibilitem o alargamento da base tributária e colecta de receitas, em detrimento do recurso ao crédito.

## ***IV.3. Objectivos Gerais da Política Tributária***

A política fiscal e aduaneira para 2012 prosseguirá com a implementação e consolidação das reformas actualmente em curso, através de acções que incrementem os níveis de eficiência da administração fiscal e a diversificação das fontes de arrecadação de receitas para o Estado.

Tendo em vista o fortalecimento da capacidade de arrecadação da receita em 2012, a administração fiscal priorizará a realização das seguintes acções:

- **Na área da arrecadação de receitas**

- a) Incremento do registo de contribuintes, através da expansão territorial do programa de atribuição do Número Único de Identificação Tributária (NUIT), que permitirá maior controlo dos contribuintes e alargamento da base tributária;
- b) Abertura de novos postos de cobrança e postos fronteiriços e consolidação dos existentes, para aproximar cada vez mais a Autoridade Tributária aos contribuintes, conferindo-lhes maior comodidade no cumprimento das suas obrigações;
- c) Intensificação da campanha de educação fiscal com vista a popularização do imposto e o alargamento da base tributária, garantindo a assunção das obrigações fiscais e induzindo ao pagamento voluntário, usando também os disseminadores fiscais formados a níveis de todos distritos.

- **Na Área de Controlo, Fiscalização e Auditoria Tributária e Aduaneira**

- a) Fortalecimento da fiscalização das mercadorias em circulação, no âmbito dos impostos sobre comércio externo, do IVA nas operações internas e outros impostos;

- b) Aperfeiçoamento e consolidação do sistema de gestão e controlo da dívida tributária, para facilitar a sua cobrança e maximizar a receita, implementando as reformas quanto à celeridade da sua recuperação;
- c) Fortalecimento de acções de auditoria e fiscalização, bem como das auditorias pós-desembaraço, com maior incidência nos seguintes impostos: IVA, IRPC, IRPS, ICE e Direitos Aduaneiros;
- d) Aumento do conhecimento do auditor fiscal sobre os megas projectos e instituições financeiras, da sua capacidade para aplicação das técnicas de auditoria especializadas para assegurar o cumprimento correcto e atempado das obrigações fiscais;
- e) Implementação do Regulamento da Afixação de Preços em Moeda Nacional para Produtos e Serviços que garantirá maior controlo na cobrança do IVA no comércio;
- f) Controlo dos sujeitos passivos registados *versus* sujeitos passivos pagantes, em cada período de tributação e criação de meios simplificados e eficazes de fiscalização dos Sujeitos Passivos do ISPC.

- **Na Área de Tecnologias de Informação e Comunicações**

- g) Implementação plena do Projecto da Janela Única Electrónica (JUE), para a tramitação do despacho aduaneiro e interacção electrónica com os utentes e administrações tributárias dos países vizinhos, no processo de cobrança de impostos sobre o comércio externo;
- h) Implementação da Central de Atendimento de Chamadas e do Portal do Contribuinte, no âmbito do Projecto da Rede de Cobrança (e-tributação), como forma de modernizar o atendimento ao contribuinte, usando plataformas tecnológicas, via Web;
- i) Plena operacionalização da Fronteira de Paragem Única Ressano-Garcia/Lebombo que garantirá melhor controlo das transacções entre Moçambique e a RSA que passam por aquela fronteira, mediante a simplificação de procedimento e a redução de papeis no processo de desembarco aduaneiro de mercadorias.

#### ***IV.4. Objectivos e Prioridades na Afectação de Recursos para Realização da Despesa Pública***

A afectação de recursos para a realização da despesa pública em 2012 considera a necessidade de garantir a observância da economicidade nos gastos públicos, com vista ao

alcance dos objectivos a médio e longo prazos reflectidos nas políticas públicas cujo enfoque centra-se no crescimento e desenvolvimento da economia para à redução da pobreza.

A estrutura metodológica de planificação e orçamentação por programas, em função das directrizes emanadas no PQG 2010-14, criteriosamente orienta-se na afectação de recursos tendo como pressuposto a priorização das áreas estratégicas que de grosso modo podem catapultar o quadro produtivo nacional e gerar rendimentos e por conseguinte aumentar o bem-estar social, para além de atrair investimento directo estrangeiro que promova um desenvolvimento multi-facetado rápido e sustentado.

Em decorrência de uma balança comercial desfavorável, agravada pela conjuntura macroeconómica internacional que gera incertezas no desempenho económico global e susceptível de potenciar riscos para a desaceleração da economia nacional, o Governo continuara a pautar-se na implementação de medidas de austeridade e racionalidade da despesa pública. Assim, em 2012, o Governo continuará a priorizar a afectação de recursos para o investimento público nos sectores da agricultura, de infra-estruturas, de saúde, de educação e da governação.

No quadro da descentralização, o Governo continuará a dar primazia a descentralização orçamental para o Distrito como pólo de desenvolvimento económico, em conformidade o plasmado no PQG 2010-2014.

Assim, as linhas de orientação na realização de despesas irão priorizar as acções que contribuam directamente para os esforços de redução da pobreza, como sejam:

- Continuação do desenvolvimento de infra-estruturas básicas (estradas, pontes, energia, e outras) para garantir o aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira;
- Criação de mecanismos para a promoção do emprego e auto emprego, através da melhoria do ambiente de negócios das Pequenas e Medias Empresas (PMEs) e promoção do desenvolvimento industrial com enfoque nas PMEs; manutenção dos subsídios de transporte com vista a garantir a melhoria do nível de vida da população; prosseguimento das acções do Programa Estratégico de Redução da Pobreza Urbana, através de subsídios para os distritos urbanos;
- Desenvolvimento de acções vinculadas a boa governação e combate à corrupção; e
- Desenvolvimento de acções para o alcance do bem-estar humano e social, através de melhorias no abastecimento de água potável, desenvolvimento da rede sanitária a nível rural e urbano, acções de prevenção e mitigação do HIV/SIDA, atendimento aos grupos alvo incapacitados para o trabalho e/ou em situação de vulnerabilidade, entre outros.

#### IV.5. Receitas do Estado

A receita total do Estado para 2012 está fixada em 95.538,0 milhões de MT, representando cerca de 22,0% do PIB, mais 0,7pp em relação a previsão de cobrança de receitas para 2011.

**Quadro 6. Plano de Cobrança de Receitas em 2012**

	milhões de MT			% do PIB		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
	CGE	OE	Proposta	CGE	OE	Proposta
Receitas do Estado	63.566,1	79.158,0	95.538,0	20,3%	21,3%	22,0%
Receitas Correntes	62.167,9	77.187,0	93.006,9	19,9%	20,8%	21,5%
Receitas Fiscais	53.708,6	66.775,0	80.441,7	17,2%	18,0%	18,6%
Impostos sobre rendimentos	18.480,1	22.687,6	27.854,4	5,9%	6,1%	6,4%
IRPS	8.629,2	10.335,9	13.229,3	2,8%	2,8%	3,1%
IRPC	9.794,7	12.282,4	14.544,5	3,1%	3,3%	3,4%
Imposto especial sobre o Jogo	56,1	69,3	80,6	0,0%	0,0%	0,0%
Receitas sobre Bens e Serviços	32.888,4	41.435,0	49.327,4	10,5%	11,1%	11,4%
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	24.164,6	30.457,4	35.678,7	7,7%	8,2%	8,2%
Imposto s/ Consumo Específico - Prod.s Nacionais	2.218,9	2.737,1	3.610,4	0,7%	0,7%	0,8%
Imposto s/ Consumo Específico - Prod.s Importados	1.240,6	1.507,2	1.959,5	0,4%	0,4%	0,5%
Imposto s/ Comércio Externo	5.264,3	6.733,3	8.078,8	1,7%	1,8%	1,9%
Outros Impostos Fiscais	2.340,1	2.652,4	3.259,9	0,7%	0,7%	0,8%
dos quais: Imposto sobre Combustíveis	1.131,6	1.152,5	1.493,1	0,4%	0,3%	0,3%
Receitas Não Fiscais (incl. receitas próprias)	4.069,5	5.533,0	6.530,9	1,3%	1,5%	1,5%
Receitas Consignadas	4.389,9	4.878,9	6.034,3	1,4%	1,3%	1,4%
Receitas de Capital	1.398,2	1.971,0	2.531,1	0,4%	0,5%	0,6%

Esta previsão assenta nos pressupostos da realização de um esforço na área tributária e aduaneira na implementação das reformas fiscais, através de acções que conduzam a incrementos nos níveis de eficiência da administração fiscal e na diversificação das fontes de captação de receitas, sendo de destacar, entre outras acções, as seguintes:

- Intensificar os processos de fiscalização e auditoria, garantindo a tolerância zero à fuga ao fisco e intervindo e em todas as empresas;
- Racionalizar os benefícios fiscais, garantindo que se cumpram estritamente os prazos de vigência, e as isenções seguindo o preceituado nas diversas bases locais;
- Maior acutilância nos pontos de evasão fiscal e no acompanhamento da indústria extractiva;
- Implementação dos projectos de Janela Única Electrónica e Portal do Contribuinte, no âmbito do *e-Tributação*.

Estima-se que as **receitas correntes** atinjam o montante de 93.006,9 milhões de MT, cerca de 21,5% do PIB, mais 0,7pp em relação a programação para 2011. Estão incluídas nesta categoria as receitas fiscais, as receitas não fiscais e as receitas consignadas.

Na categoria dos **impostos sobre rendimentos**, espera-se em 2012, uma colecta de cerca de 27.854,4 milhões de MT, com um peso de 6,4% em relação ao PIB, mais 0,3pp em relação a 2011. Os Impostos sobre o rendimento de pessoas colectivas, incluindo a taxa liberatória das zonas francas constitui a maior parte do total dos impostos directos, com um peso de 3,4% do PIB.

Quanto aos **impostos sobre bens e serviços**, que constituem a maior fatia do total das receitas, a previsão para 2012 é de 49.327,4 milhões de MT, cerca de 11,4% do PIB, mais 0,3pp em relação ao valor previsto para 2011. A maior componente da categoria de impostos sobre bens e serviços é constituída pelo Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), representando a sua manutenção em 8,2% do PIB face a 2011.

A categoria de **outros impostos fiscais** deverá alcançar em 2012 o montante 3.259,9 milhões de MT, representando 0,8% do PIB, mais 0,7pp face a 2011. A principal categoria destes impostos é constituída pelas receitas provenientes dos impostos sobre combustíveis, que constitui cerca de 0,3% do PIB.

As **receitas não fiscais, incluindo as próprias** poderão atingir 6.530,9 milhões de MT, cerca de 1,5% do PIB, o que representa uma manutenção em termos percentuais do PIB, face a 2011.

As **receitas de capital**, constituídas por receitas provenientes da alienação do património do Estado, lucros das participações financeiras do Estado e dividendos das empresas públicas, poderão atingir em 2012 níveis de cobrança estimados em 2.531,1 milhões de MT, o equivalente a 0,6% do PIB, ou seja, mais 0,1pp face a 2011.

#### ***IV.6. Recursos Externos***

Como corolário da crise financeira mundial, as pressões orçamentais nos países parceiros de cooperação têm levado a sustentar previsões mais cautelosas em relação aos seus desembolsos.

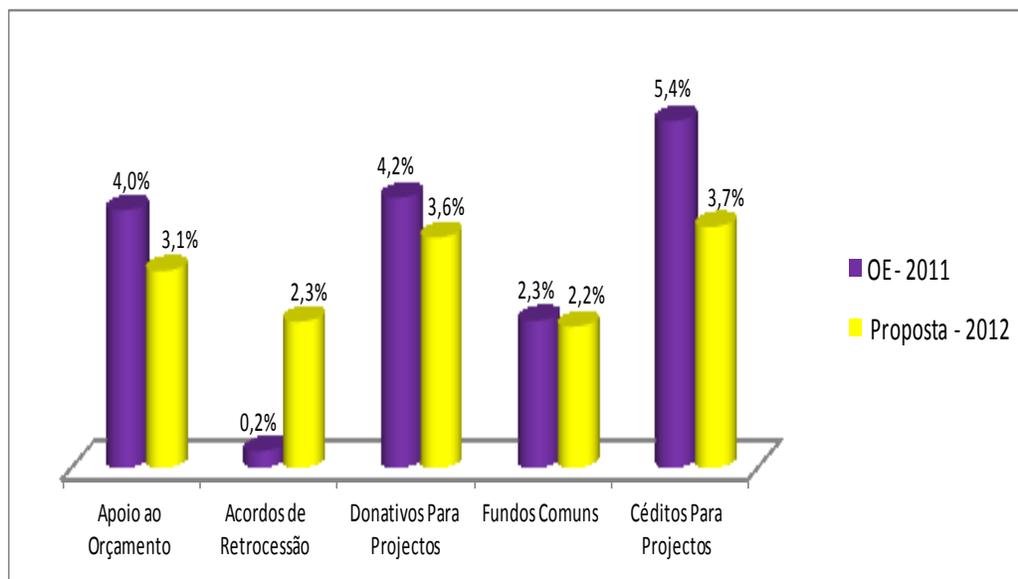
Por outro lado, a moeda nacional tem vindo a fortalecer-se em relação às principais moedas, o que implica estimativas mais baixas de desembolsos em moeda nacional.

Assim, a previsão de recursos externos para 2012 situa-se em 64.347,3 milhões de MT, contra 59.980,6 milhões de MT previstos para 2011. Apesar do aumento nominal, em termos percentuais do PIB representa uma redução de 16,1% para 14,9%, portanto, uma redução em 1,3pp.

Por tipo de financiamento, nota-se uma redução em percentagem do PIB dos donativos e créditos para projectos e o apoio ao Orçamento, 0,6pp, 1,7pp do PIB e 0,9pp, respectivamente.

O gráfico a seguir mostra a componente externa em percentagem do PIB.

**Gráfico 2. Evolução da Componente Externa (% do PIB)**



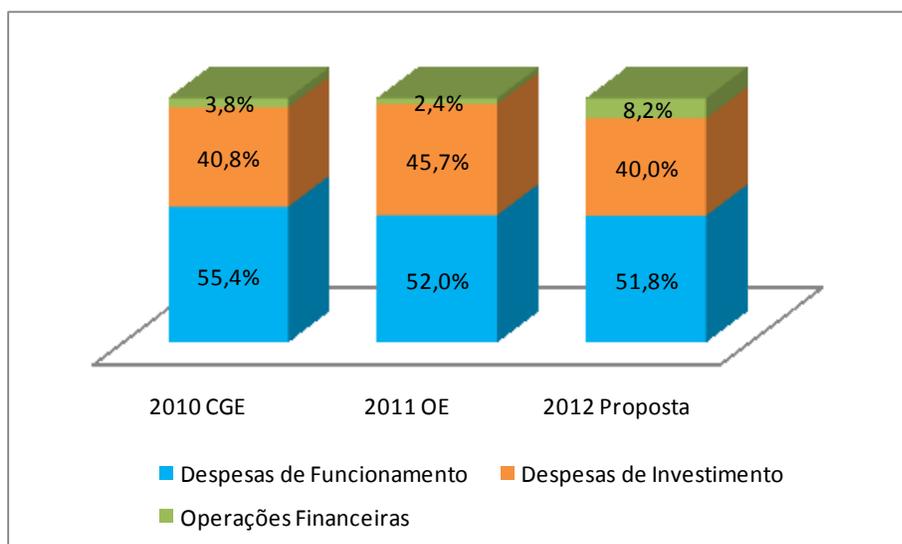
O incremento nos acordos de retrocessão em 2012, face a 2011, é fundamentalmente justificado pela incorporação da linha não concessional do crédito português, para a reabilitação de estradas, no montante de 3.752,7 milhões de MT.

#### **IV.7. Despesas do Estado**

As despesas totais passam de 141.757,2 milhões de MT em 2011 para 162.535,4 milhões de MT em 2012, sendo 84.146,2 milhões de MT correspondente às despesas de funcionamento, 65.017,8 milhões de MT às despesas de investimento e 13.371,4 milhões de MT às operações financeiras do Estado. Em termos globais, as despesas representam cerca de 37,5% do PIB, menos 0,6pp face a 2011, como reflexo da adopção de uma política orçamental restritiva.

Ao nível da composição orçamental, as despesas de funcionamento representam a maior dotação orçamental com 51,8% do total da despesa (vide o gráfico 2), justificado pelas despesas com pessoal, transferências correntes que incluem o pagamento das pensões, os encargos com as representações diplomáticas no exterior e os subsídios e, os encargos da dívida.

**Gráfico 3. Composição do Orçamento do Estado (% da Despesa Total)**



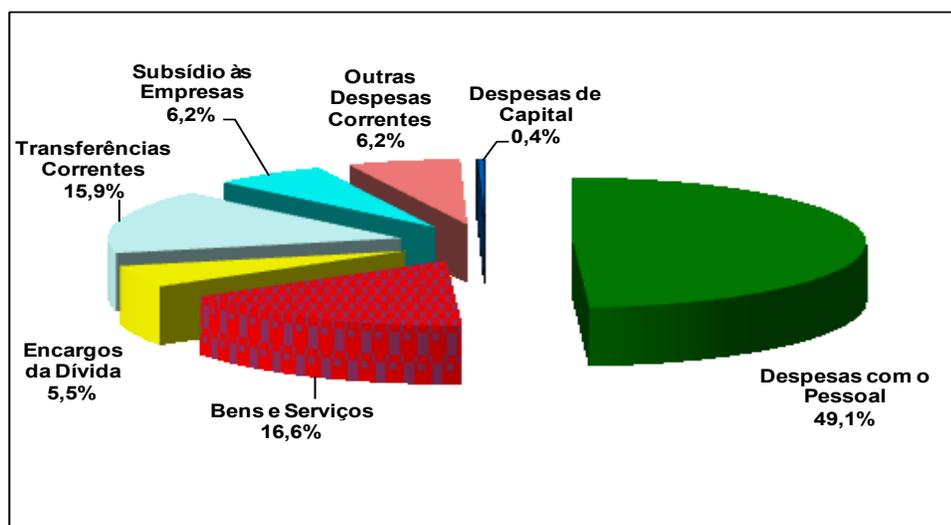
No cômputo geral, o incremento nominal do volume das despesas do Estado, justifica-se fundamentalmente pela necessidade de expansão dos serviços sociais nomeadamente: Educação, Saúde e infraestruturas básicas como de água, saneamento e estradas, no âmbito das acções de combate a pobreza.

A contratação de docentes e de pessoal técnico de Saúde e a expansão física da rede escolar, assim como da sanitária, constituem fundamentos que explicam o incremento das despesas do Estado para 2012.

#### **IV.6.1. Despesas de Funcionamento**

O gráfico 3 ilustra a composição das despesas de funcionamento do Estado para 2012. Conforme se pode depreender, as despesas com pessoal consomem a maior dotação do total das despesas de funcionamento, que representam a maior fatia das despesas de funcionamento totais, com um peso de 49,1%, seguida das despesas em bens e serviços, com cerca de 16,6% e das transferências correntes com 15,9% das despesas de funcionamento.

**Gráfico 4. Composição das Despesas de Funcionamento (% da Despesa Total)**



O quadro 7 apresenta detalhadamente as rubricas das despesas de funcionamento segundo o classificador económico das despesas e as operações financeiras do Estado.

**Quadro 7. Previsão das Despesas de Funcionamento**

(milhões de Mts)	milhões de MT			em % do PIB		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
	CGE	OE	Proposta	CGE	OE	Proposta
<b>Despesas de Funcionamento</b>	<b>59.356,3</b>	<b>73.648,7</b>	<b>84.146,2</b>	<b>19,0%</b>	<b>19,8%</b>	<b>19,4%</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>59.133,6</b>	<b>73.290,4</b>	<b>83.822,7</b>	<b>18,9%</b>	<b>19,7%</b>	<b>19,3%</b>
Despesas com o Pessoal	29.106,2	36.250,0	41.353,4	9,3%	9,8%	9,5%
Bens e Serviços	10.126,2	11.501,9	14.006,9	3,2%	3,1%	3,2%
Encargos da Dívida	2.672,9	3.306,1	4.626,4	0,9%	0,9%	1,1%
Transferências Correntes	9.431,9	12.247,7	13.393,4	3,0%	3,3%	3,1%
Subsídio às Empresas	5.259,1	5.573,6	5.240,9	1,7%	1,5%	1,2%
Outras Despesas Correntes	2.528,8	4.367,7	5.201,7	0,8%	1,2%	1,2%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>222,7</b>	<b>358,3</b>	<b>323,5</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>

### Despesas com Pessoal

As despesas com o pessoal deverão atingir 41.353,4 milhões de MT, o que em termos percentuais do PIB representa uma redução em 0,3pp do PIB relativamente à previsão para 2011. Este montante destina-se a fazer face às despesas inerentes a prossecução da política salarial.

Está previsto o recrutamento de 13.000 novos funcionários públicos, com encargo de 1.503,4 milhões de MT, distribuídos como a seguir se mostra:

### Quadro 8. Plano de Admissões, Promoções, Progressões e Mudanças de Carreira para 2012

Sectores	Admissões				Promoções, Progressões e Mudanças de Carreira			
	Efectivos		Impacto Orçamental Milhões de MT		Efectivos		Impacto Orçamental Milhões de MT	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Educação	8,500	8,500	460.0	668.6	2,590	5,000	97.9	189.0
Saúde	1,000	1,800	80.0	176.4	476	1,500	18.0	56.7
Justiça	500	200	40.0	32.7	100	200	4.0	8.0
Outros Sectores	3,000	2,500	320.0	449.6	529	5,500	20.0	208.0
<b>Total</b>	<b>13,000</b>	<b>13,000</b>	<b>1,076.1</b>	<b>1,503.4</b>	<b>3,695</b>	<b>12,200</b>	<b>139.9</b>	<b>499.9</b>

Para além da contratação de novos funcionários públicos, estão previstas promoções e progressões de 12.200 funcionários, com impacto orçamental estimado em 499,9 milhões de MT, sendo 5.000 para educação, que correspondem a 189,0 milhões de MT, 1.500 para saúde, com encargo de 56,7 milhões de MT, 200 para o sector da justiça com impacto orçamental de 8,0 milhões de MT e 5.500 para outros sectores, cujo impacto está orçado em 208,0 milhões de MT.

A rubrica de outras despesas com pessoal foi orçado em 2.761,4 milhões de MT, o que representa a sua manutenção em 0,6% em relação a 2011.

#### Despesas em Bens e Serviços

As despesas com bens e serviços estão fixadas em 14.006,9 milhões de MT, cerca de 3,2% do PIB, isto é mais 0,1pp do PIB face ao orçamento de 2011, com vista a assegurar o normal funcionamento das instituições do Estado .

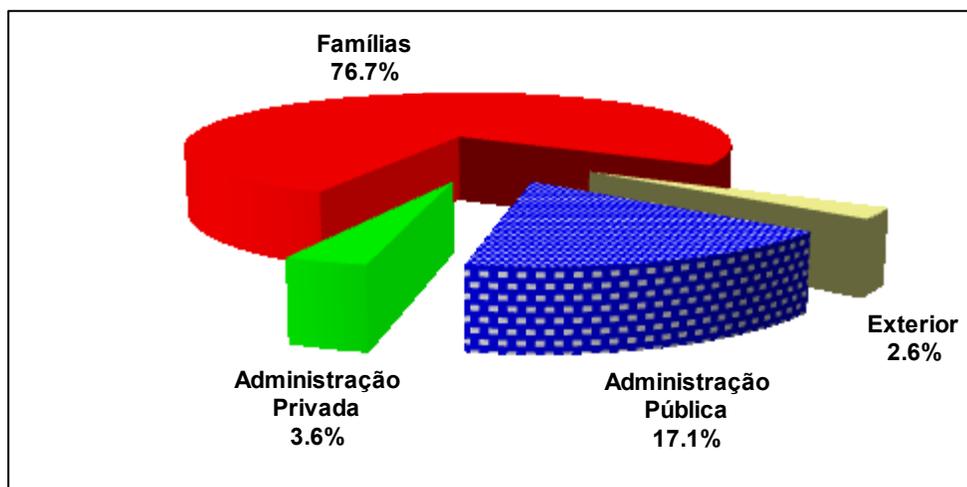
#### Encargos da Dívida

Para o ano 2012, prevê-se um encargo de 4.626,4 milhões de MT, contra os actuais 3.306,1 milhões de MT do presente ano, representando um aumento em 0,2pp do PIB. A tendência crescente dos encargos da dívida resulta do financiamento bancário para a compensação às gasolinehas, bem como dos encargos adicionais das novas Obrigações do Tesouro.

## Transferências Correntes

Esta rubrica absorve cerca de 16,0% do total das despesas de funcionamento. Em termos absolutos, está programado para esta rubrica 13.393,4 milhões de MT, correspondente a 3,1% do PIB.

**Gráfico 5. Composição das Transferências Correntes**



Para as pensões foi programada uma dotação de 7.913,1 milhões de MT, o correspondente a 1,8% do PIB e 59,1% do total das transferências correntes. Incidem sobre esta componente os encargos para acomodar o novo Estatuto dos Combatentes e novos casos de pensionistas, cujo impacto estima-se em 899 milhões de MT.

## Subsídios

Os subsídios para 2012 estão fixados em 5.240,9 milhões de MT, correspondendo a 1,2% do PIB, com a seguinte estrutura desagregação:

- Subsídio às empresas no montante de 793 milhões de MT, destinadas a suprir o défice de exploração das empresas públicas; e
- Subsídios aos preços no montante de 4.447,9 milhões de MT, destinados a manter o pacote de subsídios aos preços introduzidos em 2010, visando garantir a oferta e o acesso aos bens e serviços essenciais à população.

Em termos de crescimento nominal em relação a 2011, a rubrica de subsídios regista uma redução em 0,3pp do PIB.

## Outras Despesas Correntes

Esta rubrica inclui verbas destinadas a fazer face a situações imprevistas, através da dotação provisional e outras despesas correntes. Para o ano 2012, estão programados 5.201,7 milhões de MT, cerca de 1,2% do PIB. Esta dotação será absorvida, para além de situações imprevistas, pelo pagamento de reembolso de IVA, no valor de 3.539,2 milhões de MT e os reembolsos do IRPS e IRPC no montante de 343,7 milhões MT, correspondentes 0,8% do PIB e 0,1% do PIB, respectivamente.

### IV.6.2. Despesas de Investimento

Para o ano 2012, as despesas de investimento público estão fixadas em 65.017,8 milhões de MT, correspondendo a 15,0% do PIB, uma redução de 2,4pp em relação a 2011. Deste montante, 5,5% do PIB são despesas financiadas por recursos internos e os restantes 9,5% por recursos externos de apoio directo aos projectos de investimento público.

Conforme se pode depreender, apesar do esforço do Governo em aumentar a proporção dos recursos internos alocados ao financiamento das despesas de investimento público, ainda se verifica uma dependência considerável dos recursos externos no financiamento das despesas públicas. Com efeito, nota-se uma redução do financiamento externo em relação a 2011, em cerca de 2,4pp.

**Quadro 9. Despesas de Investimento por Fonte de Financiamento**

(milhões de MT)	2010	2011	2012
	CGE	OE	Proposta
<b>Despesas de Investimento</b>	43.680,7	64.751,7	65.017,8
<i>em % PIB</i>	14,0%	17,4%	15,0%
<i>em % da Despesa Total</i>	40,8%	45,7%	40,0%
Componente Interna	20.032,3	20.581,7	23.761,0
<i>em % PIB</i>	6,4%	5,5%	5,5%
<i>em % da Despesa Total</i>	18,7%	14,5%	14,6%
Componente Externa	23.648,3	44.170,0	41.256,8
<i>em % PIB</i>	7,6%	11,9%	9,5%
<i>em % da Despesa Total</i>	22,1%	31,2%	25,4%

Para o ano 2012, o Governo vai continuar com investimentos nas áreas prioritárias do combate a pobreza. A concentração de maiores volumes de recursos nestas áreas deriva do reconhecimento geral da importância destas na redução da pobreza.

Assim, as principais acções a realizar com vista a galvanizar o investimento público concentram-se nas seguintes áreas:

	Financiamento		Total
	Interno	Externo	
<b>Agricultura</b>			
Projecto de Irrigação do Vale do Save (PIVASA)	7.0	308.1	315.1
Zoneamento AgroEcológico a Escala de 1:250.000	300.0	0.0	300.0
Preservação de Florestas em Moçambique	0.0	263.9	263.9
Plano de Acção de Produção de Alimentos - Aquisição de Maquinaria e Juntas para Tracção Animal	92.0	0.0	92.0
Fomento da Cultura do Caju	73.7	0.0	73.7
Reforço Institucional ao Instituto de Algodão de Moçambique	38.8	0.0	38.8
Programa de Promoção da Agricultura Comercial e Agro-Industrial (Nampula, zambezia, Gaza)	21.3	0.0	21.3
Promoção da Revolução Verde na Provincia de Zambezia	23.3	0.0	23.3
<b>Pescas</b>			
Projecto de Promoção da Pesca Artesnal	0.0	94.2	94.2
Fiscalização Marítima via Satélite	2.9	65.5	33.2
Investigação e Gestão das Pescarias	18.0	13.4	27.7
Investigação e Gestão de Pescarias	6.5	19.0	25.5
<b>Recursos Minerais e Energia</b>			
Incentivo Geográfico para a Construção e Reabilitação de Bombas de Combustíveis	290.2	0.0	290.2
Electrificação rural - Alívio a Pobreza.	89.9	0.0	89.9
Apoio as Associações de Mineradores Artesanais e de Pequena Escala	50.0	0.0	50.0
Programa Nacional de Energia	23.0	0.0	23.0
<b>Administração Pública, Turismo, Juventude e Desporto</b>			
Desenvolvimento das Áreas de Conservação Transfronteiriças e Desenvolvimento do Turismo	0.0	394.1	394.1
Projecto Kapulana	48.0	0.0	48.0
Construção do Complexo Desportivo de Pemba	25.0	0.0	25.0
Desevolvimento de Pequenos Produtores Orientados ao Mercado.	0.0	269.4	269.4
Programa de Promoção de Mercados Rurais	16.0	163.0	179.0
<b>Educação</b>			
Construção de Salas de Aulas	0.0	768.0	768.0
Aquisição do Livro escolar	57.4	757.9	815.3
Construção de Institutos Politécnicos de Gaza e Manica	191.0	102.1	293.1
Construção do Instituto Superior Politécnico de geologia e Minas de Tete	15.0	225.1	240.1
Construção da Escola Comercial e Industrial de Chimoio (J. Marra)	50.0	0.0	50.0
Educação III	38.0	18.3	56.3
<b>Boa Governação, Legalidade e Justiça</b>			
Revitalização de actividades produtivas em seis centros prisionais	60.0	0.0	60.0
Construção de um Complexo Prisional Integardo	45.0	0.0	45.0
Construção da Escola Básica da Guarda Prisional	30.0	0.0	30.0
Construção de infraestruturas da PRM	47.7	0.0	47.7
Construção e Reabilitação de Infraestruturas para os Órgãos Locais do Estado	200.0	0.0	200.0

	Milhões de MT		
	Financiamento		Total
	Interno	Externo	
<b>Obras Públicas</b>			
Programa Nacional de Desenvolvimento do Sector de Águas II	75.0	1,108.8	1,183.8
Melhoramento da Estrada N13: Nampula - Cuamba	89.5	1,071.4	1,160.9
Melhoramento da Estrada N11: Milange - Mocuba	73.0	873.7	946.7
Manutenção de Estradas Pavimentadas	727.0	114.0	841.0
Melhoramento da Estrada N14: Marrupa-Ruaça - Lote B	127.9	516.8	644.7
Melhoramento da Estrada N103-R657: Magige - Cuamba	0.0	613.0	613.0
Melhoramento da Estrada Mágoe - Mucumbura	0.0	525.5	525.5
Manutenção de Estradas Distritais	166.7	124.8	291.5
Manutenção de Estradas Urbanas	286.0	0.0	286.0
Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR)	27.5	248.5	276.0
Manutenção e Reabilitação de Pontes	161.7	0.0	161.7
Abastecimento de Água e Saneamento nas Pequenas Cidades e Vilas (WASIS)	0.0	143.7	143.7
Manutenção de Emergência	69.7	69.7	139.3
Assistência Técnica	19.0	75.9	94.8
Projecto de Suporte Institucional dos Serviços de Água	0.0	27.5	27.5
Manutenção da Barragem dos Pequenos Libombos	23.0	0.0	23.0
<b>Comércio</b>			
Projecto de Construção e Reabilitação de Silos	134.3	0.0	134.3
Construção de Infra-Estruturas de Qualidade	95.0	0.0	95.0
Projecto de Construção e Reabilitação de Armazéns	27.7	0.0	27.7
<b>Transportes e Comunicações</b>			
Aquisição de uma Draga Oceânica	0.0	1,066.9	1,066.9
Modernização e Ampliação dos Aeroportos de Moçambique	0.0	1,010.6	1,010.6
Reconstrução da linha Ferrea Cuamba Lichinga (262 Km)	0.0	631.6	631.6
Desenvolvimento do Sector dos Transportes	98.0	0.0	98.0
Reestruturação dos Portos e Transportes Ferroviários	64.9	0.0	64.9
Construção e Reabilitação das Infraestruturas de Acostagem de Moçambique	60.0	0.0	60.0
Manutenção de Canais e Ajudas à Navegação	25.0	0.0	25.0
<b>Saúde</b>			
Apoio a Aquisição de Medicamentos e Artigos Medicos- Pros- CMAM	0.0	460.0	460.0
Apoio a Promoção de Saúde Materno Infantil - PROS SMI - DNPS	0.0	258.4	258.4
Desenvolvimento de Infraestrutura de Nivel IV - Saúde Materno Infantil	0.0	151.0	151.0
Desenvolvimento das Infra Estruturas de Nivel I ,II, III e IV	159.9	36.8	196.7
Aquisição de Equipamento Médico Cirúrgico	60.0	0.0	60.0

### **IV.6.3. Despesas com Operações Financeiras**

Para o ano 2012, esta rubrica fixar-se-á em 13.371,4 milhões de MT, representando 3,1% do PIB contra 0,9% de 2011. Deste montante, 10.239,4 Milhões de MT destinam-se às operações activas que consistem na comparticipação do Estado no capital social das empresas públicas e concessão de empréstimos de retrocessão às empresas. O remanescente, 3.131,9 milhões de

MT constitui as operações passivas e destina-se à amortização dos empréstimos externos e internos.

#### Quadro 10. Despesas com Operações Financeiras

	<i>milhões de MT</i>			<i>em % do PIB</i>		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
	CGE	OE	Proposta	CGE	OE	Proposta
<b>Operações Financeiras</b>	4,048.4	3,356.9	13,371.4	1.3%	0.9%	3.1%
Activas	2,386.3	1,118.3	10,239.5	0.8%	0.3%	2.4%
Capital Socias às empresas	29.6	69.6	310.3	0.0%	0.0%	0.1%
Empréstimos às empresas (via retrocessão)	28.1	923.9	9,838.7	0.0%	0.2%	2.3%
Passivas	1,662.1	2,238.6	3,131.9	0.5%	0.6%	0.7%
Amortizações de Empréstimos Externos	1,043.8	1,685.1	2,332.0	0.3%	0.5%	0.5%
Amortizações de Empréstimos Internos Bancários	618.3	553.5	799.9	0.2%	0.1%	0.2%

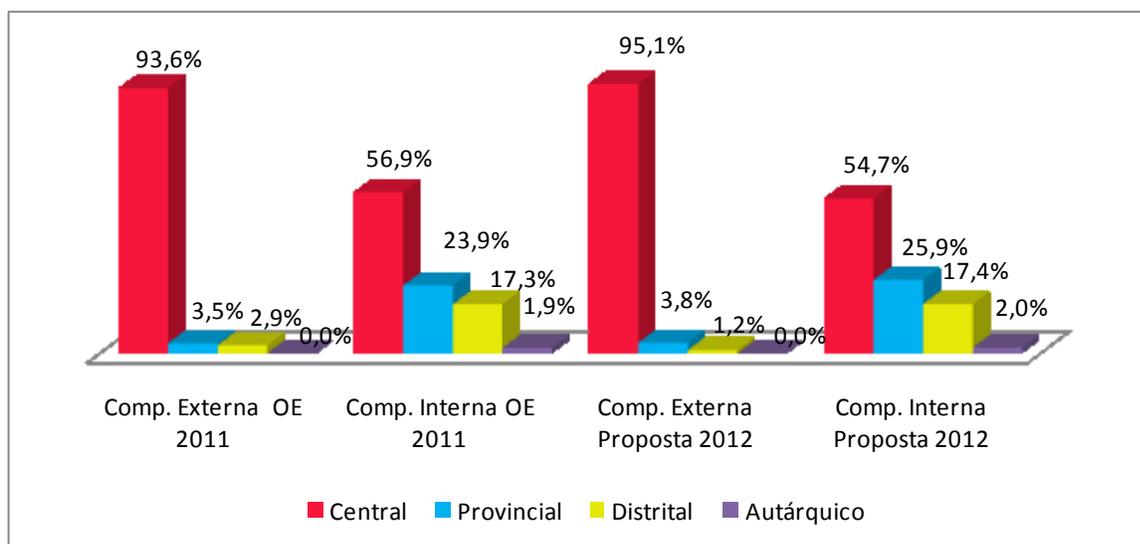
Este aumento nas operações financeiras activas destina-se essencialmente a fazer face à concessão de empréstimos às empresas através de acordos de retrocessão relativamente ao crédito do Governo de Portugal destinado ao desenvolvimento de infraestruturas nacionais, nomeadamente: reabilitação da estrada N380 Macomia-Oasse; asfaltagem da estrada N221 Caniçado-Chicualacuala; asfaltagem da estrada N260 Chimoio-Espungaberra e asfaltagem da estrada N103-R657 Magige-Cuamba.

## V. DESPESAS GLOBAIS POR ÂMBITO (CENTRAL, PROVINCIAL, DISTRITAL E AUTÁRQUICO)

O Gráfico 5 mostra a evolução da distribuição das despesas totais por nível local (provincial, distrital e autárquico) e central, e por componente interna e externa, comparando a afectação reflectida no OE 2011 com o OE 2012. A análise exclui as operações financeiras do Estado, os encargos da dívida, os subsídios e a dotação provisional, a fim de se considerarem apenas as despesas sectoriais de âmbito central e não as despesas com Encargos Gerais do Estado.

Conforme se pode depreender do gráfico, há uma tendência acentuada de descentralização dos recursos internos, enquanto os recursos externos continuam bastante centralizados. A proporção do volume de recursos internos absorvidos pelo nível central, passa de 56,9% em 2011 para 54,7% em 2012, em benefício do nível provincial que cresce de 23,9% para 25,9% e do distrital que passa de 17,3% para 17,4%.

**Gráfico 6. Evolução da Estrutura das Despesas por Âmbito (em % do Total)**



A tendência do incremento significativo de recursos sob a gestão das províncias e distritos reflecte os esforços desenvolvidos pelo Governo no âmbito da descentralização de recursos financeiros, com vista a impulsionar o desenvolvimento sócio económico local. De referir que um volume significativo de recursos de gestão do nível central, em particular, nos projectos de construção e reabilitação de infraestruturas públicas, beneficia directamente o nível local.

O Orçamento do Estado para 2012 contempla a descentralização de projectos de protecção social para o nível local, e ainda um conjunto de acções de reforço institucional aos Órgãos

Locais do Estado. Ademais, pela primeira vez, há descentralização da dotação para admissões do nível central para o provincial, nos sectores de educação e saúde, essencialmente.

O quadro 11 detalha, em termos nominais, a estrutura da despesa de funcionamento e investimento, por componente interna e externa, e por âmbito.

**Quadro 11. Despesas Globais por Fonte de Financiamento**

<b>Tipo de Despesa</b>	<b>Âmbito</b>	<b>Externo</b>	<b>Interno</b>	<b>Total</b>
<b>Funcionamento</b>	central*	-	36.483	36.483
	provincial	-	22.008	22.008
	distrital	-	14.046	14.046
	autárquico	-	1.207	1.207
<b>Investimento</b>	central**	39.221	16.485	55.706
	provincial	1.561	3.080	4.641
	distrital	475	2.803	3.277
	autárquico	-	743	743
<b>Total</b>		<b>41.256,8</b>	<b>96.854,0</b>	<b>138.110,8</b>

\*exc. Encargos da dívida, Op. Financeiras, Subsídios e Dotação Provisional de Funcionamento

\*\*exc. Dotação Provisional de Investimento

## **VI. DESPESAS NOS SECTORES PRIORITÁRIOS**

O ano de 2010 foi marcado pelo término do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta II (PARPA II), cuja implementação cobriu o horizonte temporal de 2006 a 2009, estendido até 2010. Assim, entra em vigor o Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014 que é a estratégia de médio prazo do Governo de Moçambique que operacionaliza o Programa Quinquenal do Governo (2010-2014) focando no objectivo de combate a pobreza e promoção da cultura de trabalho, com vista ao alcance do crescimento económico inclusivo e redução da pobreza e vulnerabilidade no País.

O Governo continuará a envidar esforços visando incrementar o volume de recursos alocados aos sectores prioritários para o combate à pobreza. Para além de incrementar o volume de recursos nestas áreas serão fortalecidos os níveis de eficiência e eficácia na utilização de recursos através da adopção de metodologias de programação e execução assentes na gestão por resultados.

No que concerne à composição das despesas totais nos sectores prioritários, os sectores da Educação e Saúde continuarão a absorver cerca de metade dos recursos orçamentais alocados aos sectores prioritários, seguido do investimento em infraestruturas sócio-económicas básicas, estradas, águas e saneamento, conforme ilustra o quadro a seguir.

## Quadro 12. Despesa Total nas Áreas Prioritárias

Milhões de MT	2011	2012
	OE	Proposta
DESPESA TOTAL	141.757,2	162.535,4
Despesa Total excl. Juros e Operações Financeiras	135.094,4	144.537,6
Despesa Total nos Sectores Prioritários	80.888,9	96.458,6
Educação	22.262,5	26.299,4
Ensino Geral	19.055,2	22.353,3
Ensino Superior	3.207,4	3.946,1
Saúde	9.470,4	11.203,4
HIV/SIDA	186,2	152,3
Infraestruturas	18.835,8	19.412,5
Estradas	9.766,5	13.700,9
Águas e Obras Públicas	7.165,8	3.988,1
Recursos Minerais e Energia	1.903,5	1.723,5
<i>Millennium Challenge Account (MCA)- Moçambique</i>	4.283,5	8.321,2
Agricultura e Desenvolvimento Rural*	14.295,7	15.990,6
Governança, Segurança e Sistema Judicial	9.303,5	11.472,3
Segurança e Ordem Pública	3.495,5	5.089,9
Governança	3.309,6	3.099,8
Sistema Judicial	2.498,3	3.282,7
Outros Sectores Prioritários	2.251,2	3.606,7
Acção Social **	1.808,4	3.025,4
Trabalho e Emprego	442,8	581,4
Como percentagem da despesa total excluindo encargos da dívida e operações financeiras		
<b>Total</b>	<b>59,9%</b>	<b>66,7%</b>
Educação	16,5%	18,2%
Ensino Geral	14,1%	15,5%
Ensino Superior	2,4%	2,7%
Saúde	7,0%	7,8%
HIV/SIDA	0,1%	0,1%
Infraestruturas	13,9%	13,4%
Estradas	7,2%	9,5%
Águas e Obras Públicas	5,3%	2,8%
Recursos Minerais e Energia	1,4%	1,2%
<i>Millennium Challenge Account (MCA)- Moçambique</i>	3,2%	5,8%
Agricultura e Desenvolvimento Rural*	10,6%	11,1%
Governança, Segurança e Sistema Judicial	6,9%	7,9%
Segurança e Ordem Pública	2,6%	3,5%
Governança	2,4%	2,1%
Sistema Judicial	1,8%	2,3%
Outros Sectores Prioritários	1,7%	2,5%
Acção Social **	1,3%	2,1%
Trabalho e Emprego	0,3%	0,4%

\* Inclui Fundo de Desenvolvimento Distrital, Infraestruturas Sócio Económicas e Projectos de desenvolvimento rural nos sectores da Indústria e Comércio e Ministério da Administração Estatal

\*\* Inclui Subsídios sociais que visam minimizar o elevado custo de vida das populações

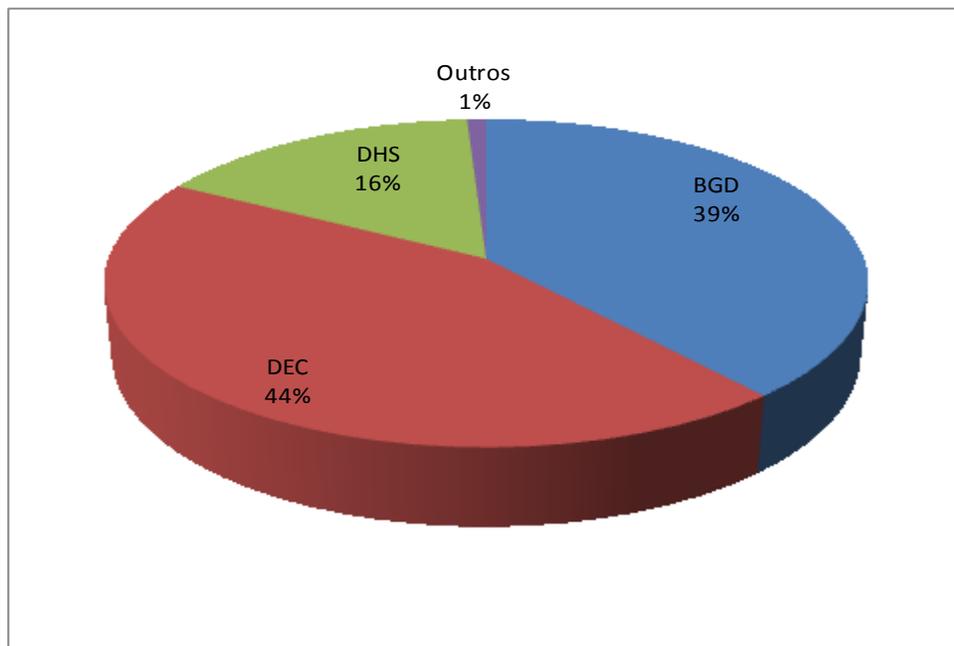
## VII. DESPESAS GLOBAIS POR OBJECTIVOS CENTRAIS DO PLANO QUINQUENAL DO GOVERNO

O combate à pobreza afigura-se como o objectivo central do Governo e a linha de orientação baseia-se no Programa Quinquenal do Governo (PQG 2010-2014).

Na análise das despesas globais por objectivos centrais do Plano Quinquenal do Governo, fica evidente, que parte considerável dos programas e dos sub-programas contidos no OE 2012, dão grande enfoque a intervenção social do Governo em prol da melhoria das condições de vida e do bem estar da sociedade.

O gráfico 6 ilustra a distribuição da despesa total por objectivos gerais do PQG, nomeadamente: 39,0% para Boa Governação, Descentralização, Combate à Corrupção e Promoção de Cultura de Prestação de Contas (BGD); 44,0% para a área de Combate à Pobreza e Promoção da Cultura de Trabalho e Desenvolvimento Económico (DEC); 16,0% para Promoção de Cultura de Trabalho, Desenvolvimento Humano e Social (DHS); e 1,0% para os outros objectivos<sup>1</sup>.

**Gráfico 7. Despesa Total por Objectivos Gerais do PQG**



<sup>1</sup> **Outros** (RCI: Reforço da Cooperação Internacional; RDS - Reforço da Soberania; CPD - Consolidação da Unidade Nacional, Paz e Democracia).

## VIII. DESPESAS GLOBAIS SEGUNDO O CLASSIFICADOR FUNCIONAL

No quadro das despesas segundo a classificação funcional, a prioridade do Governo, no quadro da responsabilidade social, continua a orientada para os sectores sociais, nomeadamente Educação, Saúde e Habitação e Desenvolvimento Colectivo que absorvem 17,8%, 7,7% e 8,5% do orçamento para 2012, respectivamente.<sup>2</sup>

Por outro, ciente da necessidade de continuar a potenciar o tecido económico nacional como base de desenvolvimento, a função de assuntos económicos, que inclui a agricultura, irá absorver dotação orçamental significativa com o peso significativo de 22%.

**Quadro 13. Despesas Segundo o Classificador Funcional**

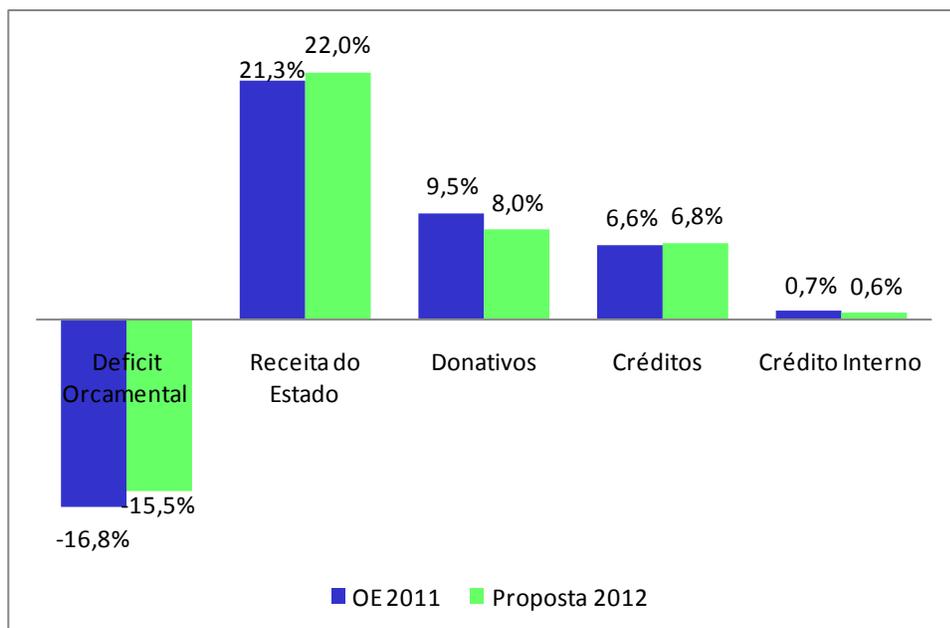
Função	<i>milhões de MT</i>				
	Funcionamento	Investimento			Total
		Externo	Interno	Total	
Serviços Públicos Gerais	30,805.7	2,204.2	6,675.1	8,802.2	39,607.9
Defesa	3,527.4	-	965.6	965.6	4,493.0
Segurança e Ordem Pública	9,094.4	11.1	1,503.4	1,514.5	10,608.9
Assuntos Económicos	4,617.7	17,628.2	10,449.6	28,154.8	32,772.5
Protecção Ambiental	236.2	365.0	192.8	557.8	794.0
Habitação e Desenvolvimento Colectivo	884.3	10,559.0	1,210.4	11,769.5	12,653.8
Saúde	7,013.7	3,656.5	744.8	4,401.3	11,415.0
Recreação, Cultura e Religião	1,139.6	51.8	486.8	538.5	1,678.1
Educação	18,787.6	6,543.7	1,199.1	7,742.8	26,530.4
Segurança e Acção Social	8,039.7	237.3	333.4	570.7	8,610.4
<b>TOTAL</b>	<b>84,146.3</b>	<b>41,256.8</b>	<b>23,761.0</b>	<b>65,017.8</b>	<b>149,164.0</b>
	<i>% da Despesa Total</i>				
Serviços Públicos Gerais	36.6%	5.3%	28.1%	13.5%	26.6%
Defesa	4.2%	0.0%	4.1%	1.5%	3.0%
Segurança e Ordem Pública	10.8%	0.0%	6.3%	2.3%	7.1%
Assuntos Económicos	5.5%	42.7%	44.0%	43.3%	22.0%
Protecção Ambiental	0.3%	0.9%	0.8%	0.9%	0.5%
Habitação e Desenvolvimento Colectivo	1.1%	25.6%	5.1%	18.1%	8.5%
Saúde	8.3%	8.9%	3.1%	6.8%	7.7%
Recreação, Cultura e Religião	1.4%	0.1%	2.0%	0.8%	1.1%
Educação	22.3%	15.9%	5.0%	11.9%	17.8%
Segurança e Acção Social	9.6%	0.6%	1.4%	0.9%	5.8%

<sup>2</sup> A análise exclui as operações financeiras do Estado.

## IX. FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DO ESTADO

Não obstante a necessidade de financiar o déficit orçamental através de recursos externos, ao nível interno, a arrecadação de receitas demonstra o grande empenho do Governo em reduzir esta dependência, razão pela qual, o Governo continuará a implementar a estratégia de reforma administração tributária que visa o incremento dos recursos internos. O gráfico abaixo mostra a evolução das fontes de financiamento do Orçamento de Estado como proporção do PIB.

**Gráfico 8. Evolução do Financiamento do Orçamento do Estado (% do PIB)**



As receitas do Estado tendem a aumentar como proporção do PIB, tendo passado de 21,3% em 2011 para 22,0% em 2012. Neste mesmo período, as despesas totais, excluindo os empréstimos líquidos, evoluíram de 37,2% do PIB para 34,4%.

Estes números mostram que o Orçamento de Estado tende a reduzir a dependência de recursos externos, sendo financiado apenas em 39,6% por estes, contra os 60,4% de recursos internos, onde as receitas do Estado contribuem em 58,8%.

Em relação a 2011, regista-se igualmente uma descida dos níveis de donativos como proporção do PIB, e por outro lado, os créditos externos líquidos registarão um aumento.

No tocante ao financiamento interno líquido, este tende a decrescer ao se situar em 0,4% do PIB, representando uma redução em 0,2pp face a 2011. No entanto, está salvaguardada a oferta de crédito à economia necessária para induzir a expansão do investimento privado.

## **X. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL**

O quadro 14 ilustra o volume de recursos e de despesas totais que consubstanciam a proposta do Orçamento do Estado para 2012. O envelope de recursos totais programado para o exercício económico de 2012 está estimado em 162.535,4 milhões de MT. Deste montante, 95.538,0 milhões de MT representarão as receitas do Estado, 2.650,1 milhões de MT serão recursos resultantes da contratação de financiamento interno e 64.347,3 milhões de MT serão recursos provenientes do financiamento externo.

As despesas totais, incluindo operações financeiras programadas para o ano de 2012, situar-se-ão em 162.535,4 milhões de MT. Deste montante 84.146,2 milhões de MT, o equivalente a 19,4% do PIB, serão absorvidos para financiar as despesas de funcionamento do Estado, como forma de preservar as condições de trabalho e garantir o funcionamento normal no seio das instituições públicas. Cerca de 65.017,8 milhões de MT, o correspondente a 15% do PIB, serão absorvidos pelas despesas de investimento, como forma de aumentar o ritmo de acumulação interna e os níveis de crescimento económico do país. As despesas com operações financeiras situar-se-ão em 13.371,4 milhões de MT, representando 3,1% do PIB. Assim, as despesas totais são iguais ao volume total de recursos totais, ficando assim salvaguardado o princípio de equilíbrio orçamental.

## Quadro 14. Equilíbrio Orçamental

	milhões de MT		% do PIB	
	OE 2011	Proposta 2012	OE 2011	Proposta 2012
<b>Total de Recursos</b>	<b>141.757,2</b>	<b>162.535,4</b>	<b>38,1%</b>	<b>37,5%</b>
<b>Recursos Internos</b>	<b>81.776,6</b>	<b>98.188,1</b>	<b>22,0%</b>	<b>22,7%</b>
Receitas do Estado	79.158,0	95.538,0	21,3%	22,0%
Crédito Interno	2.618,6	2.650,1	0,7%	0,6%
<b>Recursos Externos</b>	<b>59.980,6</b>	<b>64.347,3</b>	<b>16,1%</b>	<b>14,9%</b>
Donativos	35.284,5	34.718,6	9,5%	8,0%
Créditos	24.696,1	29.628,8	6,6%	6,8%
<b>Total de Despesas (incl. operações financeiras)</b>	<b>141.757,2</b>	<b>162.535,4</b>	<b>38,1%</b>	<b>37,5%</b>
<b>Despesas de Funcionamento</b>	<b>73.648,7</b>	<b>84.146,2</b>	<b>19,8%</b>	<b>19,4%</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>73.290,4</b>	<b>83.822,7</b>	<b>19,7%</b>	<b>19,3%</b>
Despesas com o Pessoal	36.250,0	41.353,4	9,8%	9,5%
Bens e Serviços	11.501,9	14.006,9	3,1%	3,2%
Encargos da Dívida	3.306,1	4.626,4	0,9%	1,1%
Transferências Correntes	12.247,7	13.393,4	3,3%	3,1%
dos quais: pensões	8.091,2	7.913,1	2,2%	1,8%
Subsídios	5.573,6	5.240,9	1,5%	1,2%
Outras Despesas Correntes	4.367,7	5.201,7	1,2%	1,2%
Exercícios Findos	43,4	-	0,0%	0,0%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>358,3</b>	<b>323,5</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>
<b>Despesas de Investimento</b>	<b>64.751,7</b>	<b>65.017,8</b>	<b>17,4%</b>	<b>15,0%</b>
Componente Interna	20.581,7	23.761,0	5,5%	5,5%
Componente Externo	44.170,0	41.256,8	11,9%	9,5%
Donativos	24.098,4	25.019,8	6,5%	5,8%
Créditos	20.071,6	16.237,0	5,4%	3,7%
<b>Operações Financeiras</b>	<b>3.356,9</b>	<b>13.371,4</b>	<b>0,9%</b>	<b>3,1%</b>
Activas	1.118,3	10.239,5	0,3%	2,4%
Passivas	2.238,6	3.131,9	0,6%	0,7%

## **XI. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposta do Orçamento do Estado para 2012 é elaborada num contexto em que se prevê a desaceleração do ritmo de crescimento económico mundial, decorrente dos efeitos persistentes da crise financeira global, caracterizadas pela redução da procura global, a expectativas pessimistas relativas à recuperação das economias da zona do euro, flageladas por desequilíbrios macroeconómicos internos e externos e o espectro de instabilidade política que ainda se vive nalguns países do Norte de África e médio oriente. Estes factores conjugados com a volatilidade dos preços dos combustíveis e por conseguinte, o encarecimento dos produtos semi-processados concorrerão, a curtíssimo prazo, para exacerbar as pressões inflacionárias nos países com estrutura produtiva dependente significativamente de importações, como é o caso de Moçambique.

Como forma de contrapor às adversidades impostas pela envolvente macroeconómica e financeira doméstica, o Governo continuará a envidar esforços para incrementar o volume de recursos e os padrões de economia, eficiência e eficácia na utilização destes, nos sectores de infraestruturas e prestação de serviços sociais básicos à população.

A política orçamental para 2012 continuará orientada para a manutenção da estabilidade macroeconómica e para a criação de condições para a promoção do crescimento económico sustentável, inclusivo e de base alargada. Para o efeito, aumentar-se-á o volume de recursos para os sectores com potencial de induzir o crescimento económico, através da substituição de importações e o aumento da competitividade dos bens transaccionáveis.

O contínuo aperfeiçoamento da máquina tributária, através da modernização da infraestrutura física e tecnológica visando alargar a base tributária e reduzir os custos de transacção incorridos pelos agentes económicos no cumprimento das obrigações fiscais, concorrerão para incrementar o volume de receitas do Estado em 2012 e reduzir o nível de dependência do Orçamento do Estado em relação ao resto do mundo.

O Governo continuará, criteriosamente, a descentralizar os recursos para os Distritos como pólos de desenvolvimento, contribuindo para a rápida transformação da estrutura económica local, focalizada no aproveitamento integral das vantagens comparativas associadas a disponibilidade de recursos naturais.

Com vista a conter a expectativas inflacionárias e a estabilidade cambial, factores vitais para a estabilidade macroeconómica e o aumento da confiança dos agentes económicos, a proposta do Orçamento do Estado para 2012 mantém o curso restritivo da política orçamental,

Neste contexto, a política orçamental para 2012 continuará a se pautar por um maior rigor e racionalidade na realização da despesa pública e pela manutenção das medidas de austeridade orçamental visando garantir a correcção gradual dos desequilíbrios nas contas públicas a médio e longo prazos.